



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 88 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Campanha Internacionalista:
Pelo fim do Estado de Sítio na Bolívia
Pela libertação dos presos políticos
Pelo fim da perseguição ao POR**



**Petroleiros, Metroviários,
Motoristas e Cobradores,
Sabesp, Funcionários Federais,
Professores e Funcionários
Universitários:**

**Unir os movimentos
pela Greve Geral
contra o Plano FHC e a
Reforma de Fome!**

A estabilização econômica à beira da falência

A burguesia e o governo sabem que já não é mais possível manter a inflação abaixo dos 2% ao mês. O governo dependia da realização da reforma fiscal, de uma aceleração do processo de privatizações, da reforma da previdência e do afluxo de capital estrangeiro ao país para segurar os preços. Mas a reforma segue capenga nas divisões entre as frações burguesas. Agora, a burguesia e o governo limitam seus objetivos a retirar da Constituição os impedimentos para a realização do plano neoliberal. Pretendem deixar o caminho legal, institucional, limpo para que as frações capitalistas negociem como se dará a aplicação dos ditames do imperialismo, que certamente atacarão a atrasada economia nacional, limitando ainda mais seu desenvolvimento em função dos interesses do capital financeiro internacional.

Essa linha, aparentemente consensual no interior da burguesia, esbarra em interesses oligárquicos. A votação da emenda do gás é prova disso. Os setores mais abertamente pró-imperialistas, como Roberto Campos, desejavam a abertura total da exploração do gás. Setores do PMDB apresentaram uma emenda alternativa, que flexibilizaria o monopólio, dando controle aos estados mas permitindo a exploração privada. O PT e seus aliados frentepopulistas votaram junto com o PMDB e a esmagadora maioria da Câmara Federal a favor do fim do monopólio do gás, alegando que essa emenda era "menos pior" que a do governo. Em seguida, verificou-se que a redação da emenda beneficiaria a empresa OAS (Vega Sopave), que havia dado

260 mil dólares para a campanha do deputado relator do projeto. O episódio mostra as dificuldades do governo em avançar a reforma, ainda que de forma geral e abrindo possibilidades de disputa posterior das frações burguesas ao redor dos pontos mais polêmicos.

O reformismo se integra à reforma

O líder do PT na Câmara afirmou que a linha do partido em relação às reformas será a mesma aplicada no caso da emenda do gás. Apoiarão os setores do PMDB que procurarem limitar o alcance e ritmo das reformas e votarão com eles as emendas. É a política do "menos pior". Mas, com isso, o PT ajuda a avançar, ainda que devagar, as reformas cuja essência é o aumento da submissão do país ao capital estrangeiro e o ataque às condições de vida das massas. O "menos pior" é na verdade o pior mesmo. A participação do PT na Reforma anti-nacional e antipopular é uma traição às massas e submissão ao imperialismo.

Mas o PT não está sozinho nessa linha. A direção da CUT se juntou à FIESP para apresentar ao governo um documento conjunto de propostas à reforma constitucional. A essência desse documento é a reforma fiscal e a "rediscussão" dos direitos trabalhistas. O conteúdo é a chamada democratização dos impostos, em que os capitalistas pagariam menos e mais assalariados teriam que contribuir. E o ataque aos direitos trabalhistas, como FGTS, 13º, férias etc.

Com isso, as direções reformistas do PT e CUT passam a participar do processo de reforma constitucional. Dessa forma tornam-se incapazes de dar expressão política às lutas que se desencadeiam por todo o país, e que se chocam objetivamente com a reforma de fome e o plano FHC. Esforçam-se por fazer com que as lutas permaneçam no marco corporativo e meramente salarial. A própria burguesia percebe a importância dessas greves e ataca-as com as decisões judiciais e com demissões. A imprensa burguesa apresenta as greves como movimentos anti-reforma. O radicalismo dos movimentos esbarra na conduta das direções. No impasse, ou as greves assumem a luta anti-plano, anti-reforma e anti-governo ou são derrotadas pelo isolamento (professores) ou pela traição aberta (metroviários, metalúrgicos ABC etc.). Por isso, hoje, o fator decisivo para a sorte do

ascenso grevista está em que se coloque claramente em oposição ao plano e à reforma de fome de FHC. O movimento grevista generalizado pelo país mostrou concretamente a necessidade da unificação na greve geral contra o plano. A greve geral só não aconteceu ainda por oposição da direção reformista, que se nega a chamá-la, por seu compromisso com as negociações ao redor das reformas e do plano.

A inflação bate à porta

Os preparativos da burguesia para a volta da inflação estão nas páginas dos jornais. Os aumentos dos preços de automóveis, das passagens de ônibus, a redução dos prazos de financiamento, o corte dos cheques pré-datados nos supermercados e, finalmente, os índices de todos os institutos que apontam uma aceleração nos preços mostram que a estabilização econômica agoniza.

A redução da inflação está baseada numa valorização artificial do real em relação ao dólar. Essa valorização depende de que investidores estrangeiros apliquem dólares no mercado interno, para desvalorizar artificialmente a moeda americana. Isso é conseguido com o pagamento de juros e dividendos altíssimos aos especuladores. A crise mexicana pôs em relevo o artificialismo desse mecanismo, e iniciou uma debandada de dólares para o exterior. O governo tem tomado medidas para tentar conter esse processo, que põe em xeque a política econômica. O principal instrumento do governo é o pagamento de juros cada vez mais altos aos parasitas capitalistas.

O governo esperava as reformas constitucionais que, teoricamente, dariam melhores condições ao governo de manter a jogatina nas bolsas, com a reforma fiscal, as privatizações e o ataque aos serviços sociais. Mas a reforma está emperrada e o governo em breve esgotará suas possibilidades de manter o parasitismo. Mesmo que consiga avançar nas reformas, o mecanismo criado de espoliação do país tomou uma dimensão tal que sua fome não pode ser saciada nem mesmo com a privatização de tudo, corte de todos os serviços sociais etc.

Para se ter uma idéia, cinco meses de juros pagos pelo governo, no patamar mensal atual, equivalem a uma Vale do Rio Doce inteira. Os especuladores estrangeiros e nacionais têm em suas mãos títulos do governo no valor de 134 bilhões de dólares (1994). Desse total, 71,5 bilhões são



títulos de vencimento diário, o que agrava ainda mais a situação do governo. Só em 1995, se não houver aumento das taxas (o que é improvável), o governo gastará o equivalente a dez anos de todas as internações hospitalares do Inamps em juros.

Como se vê, o plano Real e a Reforma Constitucional, alardeados pelo governo como a "modernização" do país, equivalem a acabar com a saúde, moradia, educação, previdência etc. para encher os bolsos dos especuladores do capital financeiro internacional. A bomba relógio está montada: se não houver reformas constitucionais, em semanas a inflação começa a avançar, porque o governo terá que emitir moeda para bancar os juros, ou refinanciá-los com mais juros sobre juros. Se as Reformas acontecerem, a inflação ficará relativamente baixa enquanto se esgotam rapidamente os recursos obtidos com a entrega das estatais e o corte dos serviços sociais, mas também não se escapará aos aumentos de preços.

O capitalismo, na sua fase imperialista, desenvolveu mecanismos de

espoliação e parasitismo que não são compatíveis com a estagnação da produção. A elevação do peso mundial das operações financeiras com os chamados investimentos derivativos, que dependem da elevação dos preços das mercadorias e serviços, obriga os parasitas a estimularem constantemente a inflação. O problema é que esse processo também dependeria de uma significativa elevação da produção mundial e, como isso não acontece, detona mecanismos de hiperinflação, que desorganizam a economia e impulsionam as lutas sociais.

No Brasil, por exemplo, o valor pago pelo governo em juros reais em um ano chega a quase 70 bilhões sobre a dívida interna e cerca de 20 bilhões com a externa. Quase um quarto de tudo o que se produz no país é entregue aos especuladores sob a forma de juros. Sem falar do que é transferido no campo privado. Só para pagar os juros, o país teria que crescer 25% ao ano. Como a economia nacional submetida aos ditames do imperialismo não pode crescer nessa taxa, o país se afunda em dívi-

das e a hiperinflação está sempre ameaçando. Ao contrário, o governo toma medidas recessivas, pretendendo frear a inflação através da recessão.

A tendência de aumento da inflação com recessão e as reformas constitucionais rebaixarão ainda mais as condições de vida das massas. A tendência de luta em curso será ainda mais acentuada.

Reforça-se a necessidade da convocação da greve geral contra o plano e a reforma, e a formação de uma frente revolucionária antiimperialista que se oponha ao aumento da opressão nacional. Para isso, é necessário construir o partido operário revolucionário, sem o qual não haverá a elevação da consciência de classe e a superação das direções reformistas que capitulam diante da burguesia e do imperialismo.

Nacional

Arma-se uma greve nacional no país

No mês de maio, petroleiros, ferroviários, metroviários, saúde, funcionalismo federal, rodoviários de Brasília e outras categorias entraram em greve. Anteriormente ocorreu a greve de 34 dias da educação de São Paulo, inúmeras greves metalúrgicas e a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC. Esse movimento monumental engloba milhões de assalariados. As massas tendem à luta, impulsionadas pela situação de extremo arrocho salarial, ameaça de novo surto de desemprego e ataque do governo às conquistas sociais, como aposentadoria por tempo de serviço, quebra da estabilidade do funcionalismo etc.

Entretanto, a disposição instintiva dos explorados em sair ao combate por um plano de reivindicações esbarra na direção política dos movimentos. Ou seja, de um lado sofre com o divisionismo das lutas e, de outro, carece de uma resposta ao problema central da situação, que é a ofensiva pró-imperialista do Plano FHC e da consequente Reforma Constitucional antinacional e antipopular.

Enquanto as massas procuram o caminho do enfrentamento à brutal exploração, a burocracia manobra com as greves para realizar negociações de cúpula com o governo e evitar

um confronto unificado do proletariado com o governo. Nesse sentido, os trabalhadores têm de iniciar uma reação contra o divisionismo burocrático e a estratégia da política colaboracionista da burocracia sindical, que se submete aos ditames da democracia burguesa, ou seja, do Parlamento corrompido. Por outro lado, não podemos desvincular as reivindicações salariais da luta contra o Plano FHC.

A greve dos Petroleiros

A portentosa greve dos petroleiros, que atinge quase 90%, indica a agudização da luta de classes no país. A própria direção da Federação dos Petroleiros, ligada à CUT, não esperava tamanha adesão e disposição de enfrentamento. Após o julgamento de ilegalidade do movimento, início de demissões e toda sorte de pressão política, os petroleiros se mostraram firmes na decisão de não aceitar a imposição da Justiça burguesa e a repressão do Estado.

Diante da resistência dos petroleiros e da tendência dos operários em ocuparem as refinarias, o governo ameaça com a intervenção militar. Ao mesmo tempo, todos os órgãos de comunicação foram acionados para jogar a população contra a greve.

A burocracia dirigente vem ceden-

do passo a passo às pressões e se recusando a utilizar toda força que o movimento tem para quebrar os ataques do governo FHC. Tem procurado evitar as ocupações, as grandes manifestações de rua e a convocação da unidade grevista. Os demais dirigentes de sindicatos como o dos metroviários (PCdoB/PT), condutores, ferroviários etc. mantiveram-se no corporativismo e cederam às pressões da Justiça burguesa, deixando os petroleiros isolados.

Lula, hipocritamente, faz apelo ao Fernando Henrique Cardoso para que se abram negociações, considerando que este é responsável pelo acordo realizado no governo Itamar e agora descumprido. Essa linha de colocar panos quentes apenas favorece as pressões do governo. Vicentinho, por sua vez,



recorreu à Conferência da CNBB, para que a Igreja intermedie o conflito. Ao invés de avançar nos métodos próprios de luta dos trabalhadores e colocar a CUT a serviço da unidade grevista, tais dirigentes se socorrem da Igreja, que é parte do Estado burguês. Trata-se de mais uma medida de conciliação de classe.

O problema central da greve dos petroleiros está em que a burocracia confiava na possibilidade de um fácil

acordo, considerando que se tratava de um acordo já assinado e que, no quadro da Reforma Constitucional, Fernando Henrique Cardosos teria todo interesse de não agudizar os choques com os petroleiros. Porém, o governo endureceu, sabendo que a burocracia cutista não estava disposta ao enfrentamento generalizado contra a Reforma Constitucional e que o PT, em suas contradições internas, está colaborando com a Reforma.

Está aí a essência da questão. Sem uma linha de luta francamente anti-

imperialista de derrocada da Reforma Constitucional e do Plano Real não é possível o movimento operário e popular combater unitariamente o governo entreguista. O corporativismo economicista e o conseqüente divisionismo são vias de derrota da enorme disposição de combate das massas oprimidas. A T.POR, ao contrário, levanta a bandeira de unidade operária e popular, de constituição de uma frente revolucionária antiimperialista e de convocação da greve geral por tempo indeterminado para derrotar o governo.



Fracassa locaute de Medeiros

A Força Sindical tem atuado como tropa de choque do empresariado na defesa da reforma constitucional no interior do movimento operário. Convocou para o último dia 11 uma manifestação de apoio às reformas na constituição, a qual ousou chamar de greve. A greve é um instrumento dos operários para enfrentar a exploração patronal. A onda grevista que se espalha pelo país é a resposta dos assalariados ao congelamento dos salários e aos ataques à previdência e estatais (privatização). Medeiros pretendeu opor às greves legítimas de assalariados a greve apoiada pelos patrões para defender a reforma antinacional e antipopular. Mesmo com o apoio patronal, seu movimento fracassou. O POR distribuiu um panfleto nas fábricas têxteis onde intervimos e que são base da Força Sindical. Reproduzimos o texto abaixo:

A "greve" da Força Sindical é patronal e em defesa do Plano antioperário do governo. Não apoiemos a Força Sindical dos corruptos e vendidos Medeiros/Paulinho/Zé Roberto. Defendemos sim uma greve geral de todos trabalhadores brasileiros convocada pela CUT contra o Plano FHC de fome, desemprego e miséria

Companheiro operário

Já é hora de combatermos nas ruas o Plano e a Reforma Constitucional do governo Fernando H. Cardoso, que tem provocado arrocho salarial, privatizado as estatais e que caminha para acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, privatizar a Previdência e pôr fim a outras conquistas trabalhistas.

Os petroleiros, trabalhadores de correio, de telecomunicações, de energia, funcionários públicos federais e professores federais universitários estão organizando um movimento em defesa dos salários e contra o Plano de fome e miséria e pró-imperialista de FHC. Devemos nos unir a esta luta, que é de todos os explorados, e defender a con-

vocação imediata pela CUT da GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.

Contrário a isso, a Força Sindical dos vendidos Medeiros/Paulinho/Zé Roberto fez um acordo com os patrões e o governo para fazer um movimento em favor das privatizações, da reforma da Previdência, da quebra da estabilidade do funcionalismo e que falsamente diz estar contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço.

Os traidores da classe operária e sem-vergonhas chamam de greve a dispensa ao trabalho que farão os capitalistas (patrões), que sugam nosso sangue nos pagando uma miséria.

Apoiar a dispensa dos patrões e o chamado da Força Sindical é admitir a escravidão e alimentar a nossa própria desgraça. Devemos dizer não a esses canalhas, que recebem dinheiro dos patrões, e defender sim à GREVE GERAL CONTRA O PLANO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DO GOVERNO COMPROMETIDO COM AS POTÊNCIAS IMPERIALISTAS.

Sabemos da vacilação da própria direção da CUT em unificar todos os trabalhadores, por isso devemos dizer: Nenhum apoio aberto ou disfarçado ao Plano FHC! É hora de lutar nas ruas contra o governo que entrega o país ao imperialismo e descarrega a crise capitalista sobre a maioria explorada do país! Formar os comitês unificados de operários, camponeses, demais trabalhadores e estudantes!

Companheiro, lutemos por um programa operário contra o programa neoliberal, capitalista e pró-imperialista do FHC.

- 1-salário mínimo real de 850 reais;
- 2-reajuste de todas as perdas salariais;
- 3-escala móvel de reajuste dos salários (reajuste automático de acordo com a inflação);
- 4-redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução dos salários - fim do desemprego;
- 5-educação, saúde e moradia para todos;
- 6-fim das privatizações e reestatização, sob o controle operário da produção;
- 7-entrega das terras aos camponeses pobres e fim dos latifúndios, expropriados sem indenização aos latifundiários;
- 8-não pagamento da dívida externa;
- 9-expropriação dos grandes grupos monopolistas e latifundiários;
- 10-por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado)

Pela unidade operária contra o Plano FHC e pela GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO!

Fora com a greve fajuta e patronal da Força Sindical!

Greve da Construção Civil: um balanço necessário

Durante 21 dias, os operários da construção civil em Fortaleza demonstraram o potencial de luta da classe operária. A greve teve adesão maciça, com a paralisação de 90% dos canteiros de obras e de 18 mil peões em luta.

Apesar da trava da direção do sindicato (PSTU, PT), a ação direta das massas predominou em diversos momentos. Primeiro, contra a propriedade privada dos meios de produção, quebrando canteiros de obras. Segundo, como embrião de auto-defesa operária, quando os trabalhadores responderam à altura os disparos que feriram alguns grevistas num canteiro da construtora ligada ao grupo Esplanada, que possui armazéns, fábrica de confecções e hotéis.

A direção do sindicato não esteve dentro das expectativas das bases. Procurando uma solução rápida com os patrões, apresentaram um conjunto de reivindicações rebaixadas: piso de 125 reais, produtividade de 8%, cesta básica, entre outros. E isso quando o piso já era de 88 reais. Significa que os PSTU/PT não defendem, na prática, o salário mínimo vital, correspondente ao valor da força de trabalho, que até a Constituição burguesa formalmente reconhece. As mi-

galhas arrancadas foram denominadas pela burocracia sindical de "ganhos significativos": 115 reais em março e abril, crescendo progressivamente até 125 reais a partir de setembro; produtividade de 4%, promessa de discussão sobre a cesta-básica apenas em setembro.

A greve revelou a grande distância da direção do sindicato em relação às bases. Ela subordinou-se às pressões da burguesia e do Estado, emancipando-se do controle operário das bases. Por isso, capitulou facilmente diante dos patrões. A direção não desenvolveu a educação política dos trabalhadores, somente utilizando-os para a política eleitoral.

Uma direção que corresponda aos interesses imediatos e históricos dos operários passa pela estruturação de uma fração revolucionária entre os explorados, capaz de defender a fundo as reivindicações mais elementares e ligá-las à luta contra a exploração burguesa. Somente através de uma corrente operária e revolucionária será possível organizar e educar a classe operária para lutar contra o capitalismo, pela revolução e ditadura proletária.

Têxteis em luta contra a exploração

A Finobrasa/Ceará faz parte do grupo monopolista Vicunha, que está entre os 300 maiores grupos nacionais e que acaba de aumentar seu poder acionário na CSN (Volta Redonda). Esse grupo atua nos setores: têxteis e couro, comércio exterior, finanças, comunicação, transporte, armazenagem, comércio varejista, petroquímica e agricultura. Além de possuir vínculos orgânicos com o Estado burguês, através dos políticos, partidos e de altos funcionários do Estado.

O império Vicunha alicerça-se na exploração de milhares de operários, que trabalham para enriquecer duas famílias detentoras do controle acionário, a família Rabinovich e a família Steinbruch.

Historicamente, os operários da Finobrasa/CE conduziram lutas radicais pela conquista de direitos elementares. Hoje, mais do que nunca, é hora de retomar esse passado. Estão colocadas algumas tarefas: 1) Organizar uma comissão de fábrica clandestina para melhor resistir ao "projeto de qualidade total", que significa aumentar o ritmo de trabalho e provocar demissões; 2) Participar ativamente da campanha salarial, vinculando as reivindicações mais elementares como a do piso de um salário mínimo vital de 850 reais, reposição de todas as perdas, redução da jornada para 6 horas sem reduzir o salário, estabilidade no emprego com a luta contra a ofensiva neoliberal do governo FHC, que privatiza as estatais em favor do grande capital nacional e imperialista e acaba com a aposentadoria por tempo de serviço; 3) Construir uma Fração Revolucionária Têxtil, que lute contra a burguesia, que trabalhe por expulsar a burocracia sindical do sindicato e que tenha o programa da estratégia da revolução proletária.

Nacional



Ação da Corrente Proletária no Cariri

A Corrente Proletária - núcleo de servidores federais do Cariri - tem se colocado por organizar a greve dos servidores e chama a unidade de todos os trabalhadores contra as reformas pró-imperialistas de FHC.

O seu Boletim, denominado "Ainda é hora de lutar contra o Plano Real", os companheiros do Cariri questionam a abstração da bandeira de greve geral mundial, levantada pelo jornal O Trabalho, quando estes nada fazem por organizar a greve geral em nosso país.

Diz o Boletim: "Sejamos, pois, consequentes! Construamos já a greve geral dos trabalhadores no serviço público. Este é o momento! Lutemos pela unificação de todas as categorias organizadas na perspectiva da construção da greve geral de todos os trabalhadores do Brasil..." e como denúncia termina dizendo "dos trabalhadores do Brasil, da América

Latina e, quem sabe, até do mundo". Evidentemente, essa bandeira de greve geral mundial é um disparate de corrente reformista, que se utiliza do radicalismo verbal para esconder sua política de submissão ao PT corrompido e ao Congresso burguês.

A Corrente Proletária intervém na greve com as seguintes bandeiras: Formar os comitês de base para exigir a realização de assembléias gerais! Pela imediata readmissão de todos os trabalhadores demitidos do serviço público! Pela estabilidade no emprego! Pela isonomia salarial! Contra as privatizações! Contra a Reforma Constitucional burguesa! Por um piso salarial de 850 reais! Unificar as categorias em luta! Preparar a greve geral! Pela derrubada do Plano Real!

Realizado o debate sobre "A estratégia neoliberal e a resposta proletária"

A Regional da T.POR do Ceará realizou em Fortaleza, no SINTSEF, uma palestra-debate em torno do folheto "A Estratégia Neoliberal e a Resposta Proletária". Esse acontecimento é parte da campanha de agitação e propaganda que a T.POR vem fazendo contra a ofensiva pró-imperialista da política de Fernando Henrique Cardoso.

Na discussão, se enfatizou a importância da recolonização imperialista das semicolônias, mostrou-se a incapacidade da burguesia de assegurar minimamente a soberania nacional, o descarregamento da crise sobre as massas oprimidas e se levantou a tarefa de construção da Frente Revolucionária Antiimperialista.

É fundamental compreender a importância decisiva do programa proletário, que

tem por fundamento expropriar os meios de produção da burguesia através da revolução violenta. Por isso, não se pode obscurecer ou se omitir das massas a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A luta antiimperialista se relaciona intimamente com a estratégia de destruição do capitalismo. O nacionalismo burguês, que teve vigência na era de Getúlio Vargas, mostrou o seu completo fracasso diante da opressão imperialista. A virada total da burguesia nacional para posições entreguistas favorece a compreensão de que somente o proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida, que inclui os camponeses, pode emancipar a nação oprimida das garras do imperialismo. Por isso, o programa proletário combina tarefas antiimperialistas de libertação nacional com as de caráter socialista. É nesse sentido que a T.POR trabalha a tática da frente revolucionária antiimperialista.

Nacional

Ceará: "Modernidade" e trabalho infantil

Na sua sede de produzir mais-valia (exploração do trabalho), o capitalismo decadente não se detém frente a nada. Crianças trabalhando mais de 10 horas diárias, subalimentadas, quase sem remuneração e distante de qualquer direito trabalhista, integram, cada vez mais, a paisagem "modernizadora" do neoliberalismo. O que antes era fato típico dos primórdios do capitalismo concorrencial, tão bem retratado por Engels (*Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*) e dissecado por Marx (*O Capital*), cresce, hoje, aceleradamente, tanto nos países imperialistas como nos países semicoloniais.

Exploração infantil nas metrópoles

Nos Estados Unidos, onde mais de 40 milhões de pessoas vivem abaixo da linha oficial de pobreza, o trabalho infantil vem aumentando. Segundo o estudo *O trabalho no mundo* (1992), do Birô Internacional do Trabalho (BIT), a maioria das crianças exploradas pertence a família de

imigrantes, e trabalha nas explorações agrícolas, nos restaurantes, nas fábricas de confecções e tecidos. De 1983 a 1990, houve crescimento de 250% no volume de infrações à legislação de trabalho infantil.

Já a Europa possui 2 milhões de crianças exploradas, por exemplo, nas indústrias de calçados, cerâmica, têxtil e de hotelaria portuguesa; na indústria do couro italiana e no setor agrícola espanhol. E o mais grave é que a União Européia adotou como diretriz autorização legal do trabalho infantil a partir dos 13 anos. As pequenas tarefas que são atribuídas às crianças nos países imperialistas buscam substituir o trabalho qualificado, que é o melhor remunerado. Assim, rebaixando o preço da força de trabalho, aumentam a taxa de mais-valia, como forma de deter a queda tendencial da taxa de lucro, que nasce do aumento da composição orgânica do capital (relação entre tecnologia e trabalho).

No Brasil

No Brasil, país semicolonial, de economia atrasada, os mecanismos bárbaros de valorização do capital misturam-se com a herança colonial (latifúndio, desigualdades regionais, atraso etc), o que dá uma feição macabra à exploração infantil.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), na zona rural, as crianças representam 40% da força de trabalho, sendo recrutadas entre 7 e 13 anos. Trabalham mais de 44 horas semanais, além de serem expostas a

agrotóxicos e a acidentes de trabalho constantes.

Em Pernambuco, 30% da força de trabalho dos canaviais é composta por crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, dos quais 86% não têm carteira assinada. Na Bahia, aos 6 anos crianças começam a participar da produção de sisal e da quebra de brita nas pedreiras. No Paraná, cerca de 110 mil estão nas lavouras de café, algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a produção de carvão vegetal baseia-se no trabalho infantil.

Há, aproximadamente, 14 milhões de crianças e adolescentes brasileiros brutalmente explorados e oprimidos, inclusive, através do trabalho escravo. O governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o sociólogo José de Souza Martins, tem uma relação de 483 fazendas, muitas de propriedade de grandes empresas e bancos, que adotam o trabalho escravo. Provavelmente, apoiadores incondicionais do Plano Real e da Reforma Constitucional.

Para superar tal quadro violento, a resposta é a construção de uma direção revolucionária, ou seja, do Partido Operário Revolucionário, que lute pela revolução e ditadura proletárias e pela transformação mundial do sistema capitalista em sistema socialista, em que o homem não mais explore o homem. A libertação das crianças das garras do capital e do atraso pré-capitalista será produto da emancipação do proletariado e de todos os explorados pelo capitalismo.



O que ensina a greve dos garis da prefeitura de Natal

A greve dos garis de Natal foi tratada com um rigor repressivo, que lembra as ditaduras militares. O governo do estado, de Garibaldi (PMDB), pôs um pelotão de choque com 6 viaturas para impedir os piquetes organizados pelo SINDLIMP. A repressão teve apoio da prefeitura, que é dirigida por Aldo Tinoco do PSDB e que tem como vice-prefeita Eveline Guerra do PCdoB.

O que ressalta nessa situação é a presença do PCdoB no cargo de vice-prefeito. Tal aliança com o PSDB compromete diretamente os estalinistas com a repressão ao movimento grevista. Isso não é um fato novo. Na greve dos professores municipais, o mesmo ocorreu.

A T.POR, ao contrário dos estalinistas, participou ativamente dos piquetes, das assembléias em frente à empresa urbana, onde se instalou o pelotão policial com 30 homens. Entrevistamos denunciando o plano neoliberal, defendendo as reivindicações dos garis, levantando a greve geral e propagandeando a frente revolucionária antiimperialista.

Natal Ação Direta

A Regional da T.POR do Rio Grande do Norte vem publicando o boletim *Ação Direta*. Trata-se de um instrumento importante de intervenção e penetração das posições revolucionárias no interior das massas. O Partido Revolucionário só poderá ser construído no ventre da luta de classes. O aperfeiçoamento do material de propaganda e agitação é fundamental para organizar a vanguarda que desperta sua consciência para a luta anticapitalista e para transformar a luta instintiva das massas em luta conscientemente revolucionária.

O *Ação Direta* nº 2 está voltado a combater a política entreguista do governo Garibaldi, que reza na mesma cartilha do plano reacionário de FHC. Diz o *Ação Direta*: "o governo Garibaldi cumpre à risca esse projeto, na medida em que, nos primeiros momentos de seu governo, fechou 7 empresas importantes para o nosso estado, mantém o arrocho salarial, não prioriza os serviços sociais, principalmente educação e saúde, basta ver o precário funcionamento dos principais hospitais, as escolas que não têm carteiras suficientes, giz, falta de professores, livros e materiais básicos para o funcionamento".

Como se vê, nesse estado tão empobrecido e atrasado da federação, o governo do PMDB aplica o plano pró-imperialista imposto pelo FMI, que

leva à maior desintegração da economia e aprofunda a crise social.

Em seguida, o *Ação Direta* denuncia a aplicação pelo governo do Rio Grande do Norte do Plano Decenal para a educação. Mostra que esse Plano não nasce das necessidades de erradicação do analfabetismo e do atraso cultural, mas sim da imposição de organizações internacionais como "Unesco, Unicef e Banco Mundial". Nesse sentido, se rechaça a política educacional do Secretário da Educação João Faustino, que se utiliza da farsa do chamado "Centro Escolar", para descentralizar a educação, que na realidade não resolve em absoluto a falta de recursos para a educação.

O *Ação Direta* termina convocando o funcionalismo a se unificar para derrotar o arrocho de Garibaldi.

Nacional



Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 5 primeiros volumes, todos disponíveis no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

Contribuição à História do Brasil O Desenvolvimento do Trotskismo

A estruturação dos primeiros grupos trotskistas no país (1919-1935). Seu desenvolvimento e sua luta contra o estalinismo. A influência no movimento social brasileiro. As relações com a IV Internacional. Um importante balanço para a construção do programa do Partido Operário Revolucionário no Brasil.

Adquira os materiais da Corrente Proletária na Educação:



Avaliação da Greve dos Professores 1995

Covas não cumpre o miserável acordo

Para suspender a greve na educação, Barelli (Secretário do Trabalho do governo Covas), a direção da CUT e o presidente da Apeoesp tramaram

uma proposta intermediária entre a oferecida pelo governo e os 3 salários mínimos reivindicados. Para eles, isso não significaria uma contra-proposta, como queria o irredutível governador. Tratava-se de um acordo, entre as partes, para acabar com os 34 dias de greve.

A proposta acordada era de 200 reais, estabelecimento de uma diferença percentual entre uma referência e outra (falavam de 3%), para impedir que professores iniciantes e aqueles com mais de 15 anos de trabalho recebessem o mesmo piso, determinação de uma data-base (março ou

abril) e a reposição de aulas mediante o pagamento dos dias parados. O governo oferecia 180 reais e as diretorias concordaram com 20 reais a mais. Vale dizer que o salário-base que era de 111 reais passou para 128 reais e o restante vem na forma de gratificação e complemento de piso. Como se vê, foi um acordo vergonhoso.

Tudo foi feito nos bastidores. A diretoria da Apeoesp apresentou na assembleia o acordo, que era na verdade uma conversa com Barelli. Foi só suspender a greve e Covas voltou à cena. Determinou que os 200 reais fossem a partir de maio e que em março e abril prevalecia a sua proposta original. A diferença entre uma referência para outra ficou em 1,5% e a reposição de aulas passou a ser o castigo para os grevistas, exigindo que a faça no período de férias (recesso escolar). Barelli se encolheu e a diretoria da Apeoesp totalmente desarmada esbravejou alguns dias (falou em até voltar à greve) e, em seguida, se calou. O que sobrou foi o descontentamento da classe (que enxergou muito tarde) o engodo arqui-

tetado para a suspensão da greve.

Mais uma vez, porque em 1993 aconteceu quase a mesma coisa, a burocracia da Apeoesp se utiliza da CUT e do Sr. Barelli (que foi membro do governo paralelo de Lula) para quebrar o movimento grevista. Essa burocracia sindical age como manda a cartilha do reformismo petista: rebaixa as reivindicações, conduz o movimento de forma isolada e passivo. Basta ver que não apresentou nenhuma proposta de enfrentamento à política pró-imperialista de Covas. Não disse uma palavra contra o plano de Covas chamado de "Diretrizes Educacionais...", que avança com a municipalização e as parcerias com as empresas privadas. E, acima de tudo, separou a luta salarial da luta contra o fim das conquistas sociais (na Reforma Constitucional).

Cabe ao professorado extrair desse movimento grevista as lições. A construção da fração revolucionária no interior da classe é fundamental para combater a burocracia sindical da Apeoesp e o governo que está a serviço da implantação das medidas neoliberais.

Educação



Os estudantes precisam de uma política proletária

O Congresso da UNE que se aproxima acontecerá numa situação de ofensiva do governo contra o ensino em todos os níveis, parte da reforma neoliberal imposta pelo imperialismo ao país. O governo já apresentou um projeto que prevê a cobrança de mensalidade para 70% dos estudantes nas universidades federais, institui uma avaliação paga no final dos cursos de nível superior, tem reduzido os salários de professores e servidores a níveis insustentáveis. Nos estados, a coisa não é diferente. As universidades reduzem cada vez mais seus gastos com salários, não recontratam professores e servidores que se aposentam ou se demitem e vão sucateando o ensino público. Quando podem, estabelecem vínculos com a iniciativa privada, que passa a controlar o ensino público e direcioná-lo segundo seus interesses.

No ensino secundário e primário, inicia-se uma nova ofensiva: o chamado telensino. Nada mais emburrecedor do que o aluno ficar observando uma gravação, sem poder questionar ou debater, muito menos aplicar seus conhecimentos à realidade.

O quadro de destruição do ensino público não é algo isolado. Faz parte da ofensiva neoliberal dos governos, ditado pelo capital estrangeiro internacional (imperialismo) e que se traduz no plano Real

e na Reforma Constitucional. É a resposta do imperialismo à crise mundial capitalista. O capitalismo desenvolveu um potencial produtivo gigantesco. Avaliações da ONU indicam que seria possível alimentar plenamente uma vez e meia a população mundial com a produção atual de alimentos. Mas um bilhão de pessoas passam fome. O mercado mundial está estagnado. A recessão mundial de 1988 a 1992 expressou em elevado grau essa contradição, que se arrastava desde meados da década de 70. A resposta do imperialismo foi dada na constituição dos blocos continentais protecionistas (NAFTA, Comunidade Européia e Bloco Asiático), na penetração no mercado do leste europeu, destruído por uma política recessiva ditada pelo FMI, e o projeto neoliberal, aplicado primeiro no Chile e México, mas que estendeu por toda a América Latina. Os objetivos com essas políticas são reconcentrar capitais e mercados nas mãos dos grupos multinacionais mais fortes, para que esses possam crescer sobre os cadáveres dos grupos mais fracos, que falirão. A aplicação dessa linha possibilitou, nos últimos dois anos, que os países desenvolvidos aumentassem sua produção, exportando mais aos países mais atrasados, que tiveram seus mercados abertos e parte de suas economias destruídas pela recessão. Os especula-

dores também lucraram fábulas, através de investimentos remunerados com altíssimas taxas de juros, condição para os planos artificiais de estabilização econômica. O resultado disso no México foi a catástrofe, na Argentina uma crise ainda sem perspectiva de solução, na Bolívia, uma convulsão social.

É esse processo que está em marcha no Brasil, através da reforma constitucional e do plano Real. O governo quer reformar a previdência, a educação, a saúde etc. para reduzir despesas com os serviços sociais e destiná-las ao pagamento dos especuladores capitalistas. Por isso, a luta contra a destruição do ensino se choca diretamente contra o plano e a reforma de fome de FHC. O Congresso da UNE tem a tarefa de organizar a resistência estudantil ao ataque à educação pública. Para isso, precisa se opor à reforma e ao plano através da luta nacional dos estudantes, que devem chamar a unidade com o movimento operário e defender que a CUT chame a greve geral contra o plano e a reforma. Os estudantes, para defenderem seu ensino, opõem-se frontalmente à burocracia universitária corrompida e agente da burguesia e dos governos. É o setor na universidade que tem condições de travar a luta às últimas conseqüências contra a burocracia. É preciso assumir o papel e convocar a comunidade universitária a se juntar a essa luta. O meio de organização dessa unidade são as assembleias universitárias e a formação de comandos unitários de mobilização e de luta.

As direções do movimento estudantil paralisadas

A situação é a mais grave dos últimos anos. Entretanto, as direções das entidades estudantis mostram-se paralisadas. Quando muito, reduzem seu papel a convo-

car atos públicos festivos para pressão parlamentar. O PCdoB, que dirige a UNE, chegou colocar a entidade estudantil a apoiar criticamente o governo Itamar, alegando que tratava-se de um governo com traços nacionalistas e "em disputa". Seus acordos com os governos para impor a obrigatoriedade das carteirinhas aos estudantes levou as entidades a perderem sua independência frente ao Estado e a não dependerem do apoio dos estudantes para se manterem financeiramente. Tem se negado a convocar a luta estudantil contra a reforma constitucional no seu conjunto. O PT, minoritário na UNE, limitou-se a participar dos atos públicos e passeatas, mas evitou chamar a luta estudantil. Na maior universidade do país, onde dirige o DCE, foi o maior opositor à unidade entre alunos, funcionários e professores na greve do ano passado. Reflete no interior do movimento estudantil a política de colaboração de classes que os reformistas executam no parlamento e nas entidades sindicais e populares.

O movimento estudantil, para ser capaz de enfrentar a ofensiva do governo, precisa se armar da política do proletariado, utilizando seus métodos de luta e reivindicando a unificação contra o governo e a burguesia. Isso depende da estruturação de uma corrente proletária na educação, que se baseie num programa revolucionário. Isso depende de um trabalho de elevação da consciência política no movimento estudantil. O Congresso da UNE pode ajudar como um passo nesse sentido se servir para estruturar uma corrente que se baseie numa plataforma de luta estudantil.

Educação



Defendemos que o Congresso da UNE se coloque pelos seguintes pontos:

- Abaixo a Reforma Constitucional e o plano de fome de FHC! Pela Greve Geral contra o plano.

- Unidade da comunidade universitária na luta contra a destruição do ensino. Defesa da assembleia universitária soberana em oposição ao controle da burocracia universitária. Eleição direta de todos os cargos, subordinados à assembleia universitária. Unidade com o movimento operário e popular. Em defesa da formação de uma frente revolucionária antiimperialista.

- Não ao projeto privatizante de reforma

do ensino do governo!

- Em defesa do ensino público e gratuito para todos. Pela estatização do ensino privado sob controle da comunidade universitária. Fim dos exames vestibulares.

- Pelas reivindicações das massas, necessárias para que o aluno trabalhador possa estudar: salário mínimo real de 800 reais, escala móvel de salário, redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias, reposição de todas as perdas, terra para os sem-teto e para quem nela trabalha. Em defesa da saúde e previdência públicas para todos.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Só a Greve Geral pode deter a ofensiva privatizante de FHC e dos governadores

Já faz mais de 4 meses que se iniciou a ofensiva privatizante com a decretação da intervenção do Banespa e Banerj e que se estendeu aos bancos estaduais de Alagoas, Mato Grosso e Rondônia. O governo FHC retoma essa ofensiva de privatização dos bancos estatais com o anúncio da reestruturação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, além de anunciar a imediata privatização do banco Meridional.

A privatização dos bancos estatais faz parte da política entreguista do governo FHC. Com o prenúncio da exaustão do plano Real, coloca as privatizações do gás, petróleo, telecomunicações, mineração, energia e finanças como forma de manter o pagamento das dívidas externa e interna, a fim de manter os lucros do capital financeiro nacional e internacional.

A privatização dos bancos estatais foi iniciada com a intervenção nos bancos estaduais. Após negociações com os governadores, o governo iniciou a privatização por etapas. As direções r e f o r m i s t a s (PT/PCdoB) e centristas (PSTU) tiveram uma atitude conivente com a intervenção privatizante, porque se colocaram frontalmente contra a mobilização grevista e apostaram todas as suas fichas em negociações de bastidores com os governadores e deputados estaduais.

Já está claro que Covas e FHC pretendem mesmo a privatização, gradual ou imediata, dos bancos estaduais. O não paga-

mento dos 8% do acordo passado aos funcionários do Banespa faz parte da proposta de "enxugamento" do banco, que se traduz em arrocho salarial e demissões, voluntárias ou não.

Agora a ofensiva de FHC se volta para os bancos federais.

Na CEF, o presidente Sergio Cutolo anunciou o fechamento de 31 superintendências, o fechamento de centenas de agências e conseqüente demissão de centenas de funcionários.

No BB, o presidente Paulo César Ximenes, anunciou a intenção de fechar 255 agências, além de promover a demissão de centenas de funcionários. Já está em andamento um programa de demissões voluntárias, que visa "enxugar" o banco. A "reengenharia" no BB pretende aumentar a carga de trabalho (chamada "produtividade") dos funcionários que sobram, para tornar o banco mais lucrativo ainda para os futuros compradores capitalistas.

No Meridional, antigo banco Sul Brasileiro, que foi estatizado após sua falência pelo governo Sarney, agora que foi saneado será privatizado, com a possibilidade até de devolução a seus antigos donos.

A privatização dos bancos estatais e a abertura do mercado financeiro brasileiro aos bancos internacionais são uma exigência do imperialismo, interessado em obter grandes lucros com a agiotagem promovida pelo governo FHC.

O reformismo de mãos atadas

Enquanto o governo FHC promove as privatizações com a reforma constitucional, o reformismo petista aprofunda sua política de colaboração com o governo FHC. Sua estratégia de pressão parlamentar por "melhorar" as reformas, e não se opor a elas de conjunto, leva à fragmentação da onda grevista e evita a deflagração de uma greve geral contra o Plano Real. A política capituladora do reformismo chegou ao ponto das bancadas do PT/PCdoB/PSB votarem a favor da emenda que põe fim ao monopólio estatal do gás canalizado.

A conduta dessas direções desestimula a mobilização bancária. Nos bancos federais, há anos que não se organiza uma luta grevista. Muitos preferem procurar outro emprego. A resposta para a conduta traidora das direções tem que ser dada pelos ban-

cários com a mobilização e a construção de uma oposição à direção atual, que se eleve como uma nova direção que, apoiada num programa revolucionário, dê expressão para as necessidades de luta bancária.

Só a greve geral pode barrar a privatização

A única forma de determos a entrega dos bancos e demais estatais é a luta direta contra o governo FHC e seu plano econômico. Nos bancários, é preciso convocar um congresso de base que unifique e centralize a luta contra a privatização dos bancos, apontando o rumo de uma greve geral nacional dos bancários, na perspectiva de uma greve geral de todos os trabalhadores.

A única forma de determos a opressão sobre o país, expressa no plano e na reforma de fome de FHC é construindo uma frente revolucionária antiimperialista, que aponte no sentido de superar o capitalismo putrefato através de um governo operário e camponês.

Os trabalhadores bolivianos mostram o caminho

Os trabalhadores bolivianos travam uma dura luta contra o governo pró-imperialista de Gonzalo Sanchez de Lozada, que com as chamadas 3 leis malditas deseja privatizar o ensino e as estatais, gerenciar de forma ditatorial o orçamento nacional, além de erradicar o milenar hábito e meio de vida da população indígena do cultivo da folha de coca.

O enorme movimento de massa que tomou conta da Bolívia desembocou numa poderosa greve geral que, após vários dias, colocou o governo pró-imperialista em xeque.

Sua resposta foi a decretação do estado de sítio, com a prisão de centenas de militantes, como tentativa de acabar com o movimento.

A heróica resistência dos operários e camponeses bolivianos são o exemplo mais concreto de que só a ação direta das massas será capaz de barrar os planos neoliberais que no Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, entre outros, quer sugar o sangue dos trabalhadores até levá-los à situação de miséria absoluta.



Prossegue a luta na Bolívia

Apesar da traição da direção da COB, os trabalhadores bolivianos prosseguem combatendo a reforma neoliberal

O acordo fechado entre a direção da COB e o governo, no fim de abril, não conseguiu deter a mobilização das massas. No acordo mediado pela Igreja, os burocratas vendidos assumiram a suspensão da greve geral no país em troca da libertação dos sindicalistas presos. O governo não suspendeu o Estado de Sítio e manteve presos os dirigentes da Federação de Professores de La Paz Vilma Plata, Gonzalo Soruco, e Jose Luiz Alvarez. A finalidade do acordo era utilizá-lo para conter a ação direta das massas, que nas cidades, em greve, se enfrentavam com a repressão e, no campo, ocupavam as estradas para impedir a ação do governo de destruir as plantações de coca.

A iniciativa fracassou. Os professores, no dia seguinte, aprovaram em assembléia a continuidade da greve. O Estado de Sítio, ditado por um governo frágil, não conseguiu dissipar as massas mobilizadas. Os cocaleros continuaram suas marchas no interior do país. Os professores se organizaram na clandestinidade. A resistência ao estado de sítio rapidamente se organizou em todo o país.

Evo Morales fracassa

O dirigente dos cocaleros Evo Morales, libertado com a condição de convencer os próprios camponeses a erradicar uma parcela do plantio da coca, fracassou em seu intento. Esgotado o prazo dado pelo governo, os camponeses mantêm-se firmes na defesa do cultivo milenar e realizam bloqueios-relâmpago de estradas. O traidor Morales vai ter que se explicar com o governo.

Detentas evitam remoção de Vilma Plata

Vilma Plata entrou em greve de fome, exigindo a libertação de todos os presos políticos e o fim do estado de sítio no país. A repressão tentou removê-la da prisão de mulheres e as outras presas se solidarizaram com Vilma, impedindo a ação de remoção. Além de Vilma, Soruco e Alvarez também estão em greve de fome. Dois outros professores que estavam soltos, Yolanda Vargas e Luis Copeticone, também aderiram ao movimento e também foram detidos na Assembléia Permanente de Direitos Humanos da Bolívia. Agora são 5 presos políticos (Raul Nina foi libertado). Há mobilizações para a libertação dos presos, e o governo admite essa possibilidade.

O POR é apontado como responsável

Na imprensa burguesa, os membros do governo procuram justificar o estado de sítio. Na televisão, o governo colocou uma propaganda mostrando Vilma Plata "agredindo" com uma concha de sopa um policial, que estava armado e com escudo. Dizia o narrador: "é esse o tipo de professora que você quer para seus filhos?". Ministros do MNR dizem nos jornais que o estado de sítio era uma necessidade diante da alternativa que se colocava: um governo do MNR ou um governo trotskista. O prefeito do departamento (governador do estado) de La Paz, que é o responsável pela aplicação do estado de sítio na região,

garantiu pessoalmente que Guillermo Lora poderia comparecer a um debate no rádio com ele e não seria preso. A burguesia aponta os trotskistas como responsáveis pela convulsão social no país.

O POR se fortalece

Ao longo da história do país, o POR foi-se construindo como um partido revolucionário baseado num programa marxista-leninista-trotskista. A construção desse programa se deu na ação do partido junto às massas bolivianas, que realizaram feitos impressionantes, e foram se politizando, interagindo com o partido revolucionário, durante a história. A aprovação pelo Congresso da Federação dos Mineiros das Teses de Pulacayo em 1946, a Revolução de 1952, a Assembléia Popular de 1971 e as recentes mobilizações mostram a evolução política do movimento de massas boliviano. Nesse processo, destaca-se a atuação do POR trotskista, que formulou as Teses de Pulacayo, dando expressão política consciente às tendências instintivas dos explorados; que disputou a direção da revolução de 1952 com o MNR, quando as massas ainda não haviam perdido as ilusões com o nacionalismo burguês, que se apresentava como antiimperialista; que teve atuação destacada na constituição e no desenvolvimento da Assembléia Popular em 1971; que tem defendido a luta antiimperialista nesses últimos anos de aplicação das reformas neoliberais.

Ao longo da história, os explorados bolivianos foram assimilando a política revolucionária e fazendo a experiência com o nacionalismo e reformismo. As correntes e partidos foram se dissolvendo ou passando para posições burguesas e pró-imperialistas. O POR ficou sozinho e hoje polariza a situação com o governo entreguista do MNR.

A mobilização de professores, que encabeçou o conflito social, contou com a presença do proletariado através de seu partido, o POR. Assim esse setor social, de classe média arruinada, pôde expressar a política do proletariado, opondo-se radicalmente ao governo e à reforma neoliberal.

Por isso, é absurda a idéia de alguns governistas de que seriam alguns trotskistas, que manipulam os professores, os responsáveis pela convulsão social. Trata-se de um processo histórico de radicalização e politização do movimento de massas, no qual tem papel fundamental a estruturação de um partido-programa que tem por objetivo a revolução e ditadura proletárias.

Internacional



É preciso prosseguir com a campanha em defesa dos presos e pelo fim do estado de sítio

Realizados atos na USP, em Diadema e no Consulado da Bolívia

Internacional

Os comitês de solidariedade ao povo boliviano realizaram atos públicos, têm colhido abaixo-assinados e aprovado moções de apoio. Na USP, lotou-se o anfiteatro de História para realizar um ato público que contou com representantes dos Sindicatos de Professores e Funcionários e partidos políticos (PT, PCdoB, PSTU, PTS, CO, POR). Em Diadema, um ato na praça Castelo Branco marcou a solidariedade dos operários e sem-teto aos trabalhadores bolivianos. No último dia 12, a comunidade da USP entregou um abaixo assinado de mais de 3500 assinaturas ao cônsul da Bolívia em São Paulo. Depois, os sem-teto de Diadema fizeram um ato público em frente ao prédio do consulado.

A imprensa burguesa tem dado poucas informações sobre a situação na Bolívia. Depois do acordo COB/governo, muitos pensam que o conflito acabou e que não há mais presos. Mas o conflito prossegue, o estado de sítio não foi revogado e os presos político estão sendo enquadrados na Justiça Comum por sedição.

A luta do povo boliviano é contra a reforma neoliberal, que pretende transformar o país em fazenda americana. É, na sua essência, a mesma reforma que o governo FHC tenta implantar aqui no Brasil. Nosso apoio precisa ir além da solidariedade. Trata-se de reivindicar a imediata libertação dos presos, fim do estado de sítio e da perseguição ao POR. E de organizar aqui a luta contra as reformas neoliberais no seu conjunto. Convocamos todas as correntes que se reivindicam do movimento operário e popular a se juntarem nessa luta.

Reúne-se o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional

O POR boliviano, o Comitê Construtor do POR argentino e a TPOR brasileira enviaram representantes. A reunião ocorreu em 13 de maio último. Discutiu-se a situação política nos países e a organização. Como temos acompanhado de perto a situação na Bolívia e em nosso país, analisadas nos últimos números deste jornal, descrevemos abaixo um resumo do informe argentino:

A situação política do momento está dominada por um lado pelas eleições presidenciais de 14 de maio e por outro pelos ataques monumentais às condições de vida das massas, que se agravaram nesses últimos dois meses.

As três principais forças burguesas que disputam a presidência têm problemas similares de adaptação total ao imperialismo, de renúncia às bandeiras nacionais.

Outras duas forças, Modin e Rico e a Aliança Sul de Pino Solanas (integrada pelo PC, PTP), apresentam timidamente colocações nacionalistas.

De seu lado, a esquerda apresenta quatro candidaturas, uma fórmula guevarista de Patria Livre, com colocações nacionalistas pequeno-burguesas e 3 fórmulas de pseudo trotskistas (PO, MST, PTS-MAS). Estas 4 fórmulas têm em comum não

desenvolver uma propaganda revolucionária, limitando-se a algumas denúncias pontuais.

O POR chama nessas eleições um voto nulo programático pela Revolução e Ditadura Proletárias.

Sobre os ataques às massas, o desemprego ocupa um lugar dominante, a própria burguesia estima que no mês de maio os índices superaram 14%, praticamente em todas as empresas há demissões, atacam-se as condições de trabalho e se reduz o salário. Nesses últimos meses se desenvolveram lutas de grande importância no interior do país, algumas delas muito radicais como a USU-HUAYA. O problema fundamental das lutas é a ausência de uma ação, uma organização e um programa que as oriente a um enfrentamento de classe contra classe com a burguesia.

O Comitê de Enlace destacou a importância da luta na Bolívia e as dificuldades criadas pela própria organização embrionária da organização internacional. O desenvolvimento das seções é fundamental para que o CE se coloque à altura e possa potencializar as lutas que estão por vir.



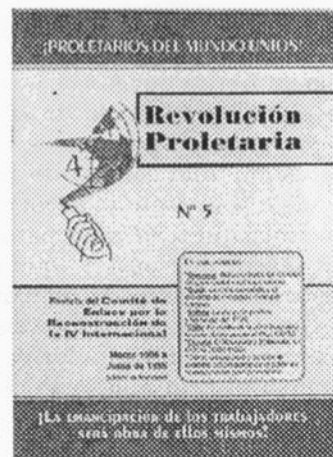
Já chegou!

Revista

Revolução Proletária nº 5

Adquira com o distribuidor deste jornal

R\$ 4,00



Carta dos professores em greve de fome dura

La Paz, 11 de maio de 1995.

À Comissão Negociadora da COB e da CTEUB.

Companheiros:

Escrevemo-lhes desde os cárceres onde estamos submetidos a um regime de terror. Não se permite falar, reclamar, protestar, estamos virtualmente trancados. O Secretário Executivo da FTEULP, c. Estanislao Aliaga, se encontra amarrado. Os professores ainda livres suportam uma sanhuda perseguição, não podem reunir-se livremente nem tomar decisões; as autoridades buscam colocar-lhes uma mordação para que não falem.

Seguindo o exemplo histórico dos professores Luis Copeticona e Yolanda Vargas sobre como se deve lutar em defesa da educação e de nossos direitos, ingressamos à greve de fome dura, buscando nossa liberdade e acompanhando a atitude valente de companheiros pacenhos. Tememos ser tratados com brutalidade como foram os professores que iniciaram esse movimento de apoio voluntário.

Os membros da Comissão Negociadora da parte trabalhista, particularmente os da CTEUB, passam por cima nas negociações do mandato imperativo que receberam no Congresso Nacional de Professores de Montero, no sentido de rechaçar a Lei de Reforma Educativa em seu conjunto.

Indigna-nos que se tolere que os porta-vozes do governo nos sigam mantendo seqüestrados com o argumento de que o abuso que cometem contra nós corresponde a que se resolva na justiça ordinária, que certamente não tem nada de "justiça", mas que é arbitrariedade imposta pelo Poder Executivo, cujo caráter absolutista não se limita unicamente ao Parlamento, mas que alcança o Poder Judicial. É o Ministro de Governo que nos aprisionou e enviou à prisão.

Os professores somos protagonistas do atual conflito social, da mal chamada reforma educativa, medida antinacional e antipopular que pretende impor-se, mas, apesar disso, não nos deixam falar, demonstrar que é uma disposição que concluirá destruindo a escola, o país e os bolivianos. Essa monstruosidade não pode permitir-se.

Estamos espantados que os delegados da CTEUB não coloquem, de maneira categórica, que a discussão não pode seguir adiante se o governo não suspende o estado de sítio, isto porque é preciso que as bases se pronunciem livremente sobre os problemas que são seus.

Sobre a crise da educação voltamos a reafirmar nossa posição já conhecida por todos e que estranhamente passa por cima a Comissão do setor trabalhista. Limitamo-nos a reproduzir o que se expôs no Congresso de Professores de Montero e que serviu de fundamento para o rechaço à proposta governamental educativa em seu conjunto:

1) A discussão que se leva a cabo agora gira ao redor de questões puramente secundárias (ainda que algumas de importância), que não tocam na essência do problema educativo. Desse ponto de vista, a discussão é supérflua.

2) A Lei de Reforma Educativa dá as costas à Educação, ou seja, à formação do educando, do homem. Dizemos isso porque se limita a tratar a questão da

aprendizagem da leitura e escrita, além de outras questões técnico-pedagógicas, administrativas etc.

3) Demagogicamente se vem sustentando há tempo pelos porta-vozes da burguesia e pelos próprios governantes de hoje, que é preciso, para superar a quebra da escola atual, conquistar a unidade entre a teoria e a prática.

Desafiamos os impostores a converter em realidade essa correta colocação principista.

4) Apresentamos de maneira sintética nossa posição:

A educação é a formação do homem, o que importa sustentar que tem que se partir do conhecimento da realidade objetiva (natureza-sociedade), que é possível se se atua sobre ela para transformá-la (trabalho social), o que permite ao homem transformar-se e conhecer a si mesmo.

Aos impostores que confundem a produção social com sua caricatura (laboratórios e um ou outro instrumento dentro das aulas), lhes dizemos que corresponde impor que a escola e a universidade vivam imersas na sociedade, que se identifica e supõe a produção social.

Companheiros da COB e da CTEUB, propomo-lhes não continuar enganando, enfrentar e resolver a crise educativa profunda, que somente pode ser possível no marco que acabamos de esboçar.

Queremos participar no debate de um problema que nos atinge, por isso reiteramos que exigimos que nos deixem trabalhar, protestar, discutir e reunirmos livremente com os colegas de base.

Esperamos que reflitam sobre a inconduta que vêm observando. As bases do magistério terão o direito de desconhecer os acordos abusivos aos que podem chegar com o governo.

Assinam:

Estanislao Aliaga, Vilma Plata, Gonzalo Soruco, José Luis Alvarez, Luis Copeticona, Yolanda Vargas.

Internacional



Intento policial por cortar huelga de hambre

Reclusas protegen a Plata

Las reclusas del Centro de Orientación Femenina de Obrajes, protegieron anoche a Vilma Plata, tras un intento de la policía y agentes civiles de sacarla para romper la huelga de hambre que lleva adelante desde el pasado miércoles.

A las 8:30 de anoche, las internas « salvaron » a Plata trasladándola a la población para evitar que los agentes la saquen del penal.

Una de las reclusas, informó telefónicamente que Plata continúa con la huelga de hambre, demandando su libertad y la de sus compañeros encarcelados, y por la reposición de sus

fuentes de trabajo a los despedidos durante el último conflicto social.

Denunció que « los agentes trataron de llevarla a la fuerza por lo que la población del penal la salvó para evitar cualquier enfrentamiento posterior ».

Las internas amenazaron con iniciar un huelga colectiva como solidaridad por « una luchadora que busca la vigencia de la justicia ».

Del Granado

El presidente de la comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Dipu-

tados, Juan del Granado y Johnny Morató, Subsecretario de Régimen Penitenciario llegaron anoche a la cárcel de mujeres, para constatar la denuncia.

Luego de una visita a las reclusas, afirmaron que Vilma Plata se encuentra en el penal y continúa con su huelga de hambre.

Del Granado estableció que había cierto nerviosismo tanto en las reclusas como en la guardia, pero que se les dio todas las garantías para que dentro de las normas reglamentarias del penal, no se ejecute ninguna medida en contra de las internas.

Extraído de Última Hora, La Paz, 12/05/95

CARTA DE GUILLERMO LORA AOS CALUNIADORES DO POR

Chatos e carrapatos nos fazem cócegas

Na luta política, não encontramos somente corrente revolucionárias e ant imperialistas, mas também personalistas, aventureiros, malentendidos e oportunistas, que se empenham em aproveitar-se do trabalho dos outros. Isto é o que observamos agora. Morenistas, mandelistas, lambertistas etc. até essa caricatura que é o altimirismo, se esforçam para tirar alguma vantagem, apropriando-se do importante movimento revolucionário boliviano. Em voz baixa insinuam que também eles são perseguidos, presos etc. mas não se preocupam em assinalar um só nome dos seus supostos milhares de mártires. Aos impostores devemos dizer que na Bolívia não há outro partido revolucionário além do POR, os outros estão mortos ou rastejam aos pés da burguesia.

Todo revolucionário está obrigado a apontar e defender os revolucionários que oferecem suas vidas nas ruas, nas grandes mobilizações.

Nossos críticos gratuitos - nunca reparamos em sua pequenez cretinizada - estão empenhados em combater-nos e fazer-nos desaparecer. Temos que perguntar, em benefício de quem? Não temos dúvidas de que para favorecer à reação, pois eles nunca enunciaram um programa revolucionário ali onde se esperneiam desesperadamente.

Cai a nu sua sem-vergonhice e sua imoralidade, pois para lograr seus interesses bastardos e repudiáveis não hesitaram em aliar-se e impulsionar nada menos que um delator, coroinha fracassado, reformista e cara de pau a toda prova. O ditado diz: "Dize-me com quem andas e te direi quem és." Os que an-

dam de braços com o sem-vergonha (quer passar por perseguido por suas idéias e não por seu rufianismo) devem ter muito em comum com o delinqüente (para o POR um delator é um delinqüente). Ao vacilante lhe fazem consentir que podem armar nada menos que um tribunal internacional para limpar toda sua mancha. O delator

para o Partido Revolucionário é um elemento morto e não existe poder possível de devolver-lhe a vida.

Aos ignorantes lhes dizemos que efetivamente defendemos a atrasada Bolívia da agressão imperialista à pátria andina. A metrópole opressora é a anti-pátria. Seguimos a Lenin que ensinou a diferenciar a nação opressora da nação oprimida. Com Trotsky defendemos inclusive um governo totalitário boliviano no caso de uma agressão imperialista. Constitui uma monstruosidade aplicar mecanicamente aos países atrasados as consignas do movimento revolucionário dos centros imperialistas.

Nossa luta na Bolívia faz parte da revolução mundial e é fortalecida por esta. Não se deve ser eurocentrista, latinoamericocentrista, nem boliviocentrista, mas é preciso ser revolucionário e para sê-lo se deve pôr em pé partidos-programa nos diferentes países.

Esta é a lição do POR, que arranca do Congresso mineiro de Pulacayo (1946) até o dia de hoje, passando pela obra admirável da Assembléia Popular (1971). Alguma coisa parecida podem ostentar nossos detratores e agentes da contrarrevolução e da semvergonhice? Eles têm a palavra.

O programa do POR foi ratificado pelo desenvolvimento histórico, que nos diz que nossa linha política é correta. Desgraçadamente, os que saem ao cenário unicamente para combater-nos não conhecem nada de nossa história. Se não tiverem os cérebros petrificados será bom que leiam nossas Obras Completas (o tomo V já está em circulação) e então poderão opinar responsabilmente sobre a elaboração - com a ajuda do materialismo histórico e dos aportes de Trotsky - de nossa doutrina, de nossa política. Temos cometido não poucos erros táticos e organizativos, mas estrategicamente a história nos dá razão.

Repetimos a sentença que se lê em D. Quixote: "Sancho, se os cachorros ladram - os que encontramos em nosso caminho são desprezíveis - é sinal que cavalgamos. Próprios e estranhos exclamam: e que galope!"

MBL: Había que optar entre un gobierno trotskista o el actual

SANTA CRUZ, 19 (PRESENCIA). - La decisión del Ejecutivo de implantar el estado de sitio en el país respondió a la opción que tenía que hacerse entre "un gobierno trotskista o uno del MNR", aseveró el responsable departamental del Movimiento Bolivia Libre (MBL), Anibal Jerez.

El dirigente, como ya lo hizo su colectividad, apoyó la decisión gubernamental, aunque expresó que "para nadie es grato y nadie quiere" una medida de este tipo. Agregó que el estado de excepción no debe verse sólo como algo que afecta la libertad de las personas, sino como un mecanismo que permite reestablecer las condiciones de normalidad.

Aseveró que esto se vio precipitado por la determinación de sectores extremistas de la Central Obrera Boliviana, del sector trotskista, que rechazaron el principio de acuerdo entre gobierno y trabajadores e insistieron en las medidas de presión.

Esto, según dijo, puso al gobierno ante el dilema de "o permitíamos que Bolivia continúe en un cultura de violencia, gobernada por los trotskistas con ideas de violencia o le dabamos tranquilidad".

Sin embargo, reconoció que hubo cierta lentitud del Ejecutivo frente a las demandas de los trabajadores en un esfuerzo por lograr el consenso, pero indicó que también hubo actitudes conscientes de grupos que creían que en Bolivia se podía realizar una revolución, agitar y generar violencia.



"..o objetivo é destruir o mito Lora."

(Não foi o governo boliviano que pronunciou estas palavras, mas o jornal Causa Operária)

O jornal Causa Operária tem reproduzido (mais precisamente, traduzido do Prensa Obrera da Argentina) cartas e artigos de Juan Pablo Bacherer, expulso do POR boliviano por delação. Não só isso, Osvaldo Coggiola, conhecido altamirista, encabeça a tentativa de formar um tribunal internacional (que já conta com o apoio dos morenistas, que aqui integram o PSTU) para supostamente julgar o POR e Guillermo Lora pela expulsão de Bacherer por perseguição política. Sem querer, revelam no entanto que seu objetivo é "destruir o mito Lora", conforme matéria no Causa Operária. Quem ler a carta, poderá sentir o estômago embrulhado pelo tom bajulador de Bacherer a Prensa Obrera. Mas dificilmente escapará à ânsia de vômito quando chegar ao final e perceber o oportunismo de ambos: Bacherer afirma que gostaria de manter correspondência com PO, somente folheou alguns jornais e não pode ainda dar opinião a respeito. Como se dissesse: "deixemos nossas diferenças de lado, agora é hora de nos unirmos para atacar o POR."

Bacherer foi membro do POR por vários anos. Participou da falida Tendência Quarta Internacionalista, junto com Altamira. Era um dos mais ferozes críticos ao altamirismo nos últimos anos. Alguém poderia acreditar que não conhece as posições de PO e Altamira? Ou tudo não passa de encenação, para ganhar apoio de quem quer que seja para atacar o POR? Quanto à atitude oportunista de Altamira, não se poderia esperar outra coisa do chefe dessa corrente gangsteril internacional.

Esses que agora assumem atitudes diplomáticas recíprocas tentam enganar a militância menos avisada com a formação de um tribunal "isento" internacional. Posam de paladinos da democracia interna nos partidos. Aí se juntou o morenismo. O que pretendem esses "digníssimos senhores"? Certamente não se trata de avaliar realmente se Bacherer é delator ou não, porque o próprio Bacherer reconhece que abriu a segurança do partido. Só que não acha que isso seja delação...

Bacherer omite que reconheceu em Conferência do POR que abriu a segurança do partido. Para um partido que luta para destruir o Estado burguês pela insurreição, isso pode significar sua destruição física pela repressão burguesa. Por isso um partido revolucionário não pode admitir a delação. Delação não é só entregar um camarada para a polícia, é também tagarelar expondo a segurança do partido.

Bacherer mente dizendo que foi Lora quem o expulsou. O delator teve toda a possibilidade de defesa na Conferência. Mas Altamira e os morenistas dizem que é preciso lhe dar uma chance de recurso. Então, vamos a um tribunal internacional, formado pelos paladinos da democracia interna em suas correntes (quem viveu a experiência viu exatamente o oposto) para expor um pouco mais o POR.

Discutamos por todo o continente como é o aparato clandestino do POR, quem são os responsáveis pela produção de seus materiais etc. As forças repressivas da burguesia vão agradecer de todo o coração. Depois de tudo isso, os revisionistas do trotskismo (convertidos ao lulismo) chegarão à conclusão de que Lora é um ditadorzinho e o POR, com seus 60 anos de história revolucionária provados por todos os acontecimentos da luta de classes boliviana, é uma seita de papagaios. Aqueles que têm um, ainda que pequeno, passado cheio de provas de desvios do marxismo, de adaptação ao eleitoralismo, de atitudes gangsteris nos organismos de massa, de ataques rasteiros e burocráticos a grupos opositores no interior de suas próprias correntes, agora pretendem se juntar à covarde e impotente burguesia boliviana para atacar o POR.

Mas esse não é o maior crime dos "diplomáticos ex-adversários". Seu maior crime foi obscurecer, esconder da militância, a rica história da luta de classes na Bolívia e o desenvolvimento desse partido-programa, o POR. Nunca elaboraram uma crítica, programática ou de linha política, séria ao POR. Baseiam seus ataques em xingamentos, em preconceitos e na ignorância sobre os clássicos do marxismo e a respeito ao país vizinho.

Chegam ao ponto de ocultar o POR e seus militantes quando falam sobre os últimos acontecimentos na Bolívia. Falar da Bolívia atual sem mencionar o POR é como falar de Chiapas no México e não tocar no zapatismo. E por que? Por que temem que a projeção do POR boliviano aumente o interesse de sua militância sobre a história e o programa do POR? Temem que as críticas do POR demonstrem que seus grupos não têm nada de marxistas, que dirá trotskistas?

De qualquer forma, a atitude de ocultar as vítimas da repressão em qualquer caso favorece a ação dos repressores. Os militantes honestos das correntes devem lutar contra essa atitude miserável de seus dirigentes, estudar a história e o programa do POR e formar suas próprias idéias sobre tudo isso. Sem dúvida, isso ajudará na construção de um autêntico partido revolucionário em nosso país.

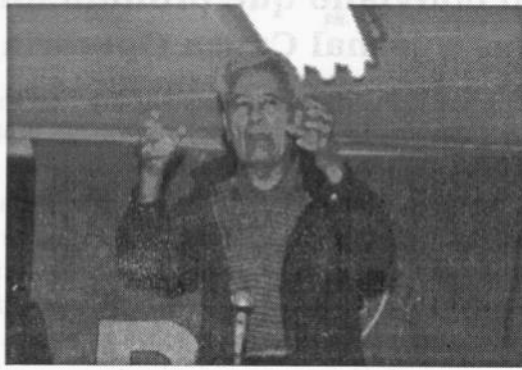
Internacional



Guillermo Lora responde ao Ministro de Governo

Pela imprensa fui informado que "O Ministro de Governo, Carlos Sánchez Berzaín, assegurou ontem que G. Lora não está detido; mas confirmou que os orga-

nismos de segurança do Estado o buscam porque é "o assessor e um dos principais intelectuais do processo de subversão enca-



beçada pelo trotskismo no país..."

Não duvidou em dar a entender que alguns dirigentes sindicais seriam meus instrumentos, como o é o Sr. Berzaín do Vice-rei Curtis Kamman (embaixador dos EUA).

Sou militante do POR e o que digo e escrevo não é mais do que a popularização da doutrina marxista-leninista-trotskista deste partido, que seguindo a Marx, diz em síntese: "A luta de classes de nossa época conduz até a ditadura do proletariado, pelo caminho insurrecional".

O Sr. Ministro de Governo - com uma mentalidade estreitamente policial - acredita que a difusão deste conceito teórico, por si só, já precipita um levantamento armado. Esta besteira lhe obriga, ao advogado que se finge de policial, acreditar, violentando a própria constituição burguesa, que uma conclusão teórica é um delito. Aonde está a liberdade de pensamento?

A insurreição é o ponto culminante

da luta de classe, que se dá como resultado da evolução política das massas e não como consequência de que Lora publique um panfleto ou um livro que tenha como referência a teoria marxista.

A luta de classes é a projeção da contradição fundamental que se dá na estrutura econômica da sociedade, quer dizer, que segue as leis da história. A propaganda

revolucionária e a atividade partidária buscam converter os militantes e os explorados em instrumentos conscientes da história.

Pela sua própria experiência, a burguesia em decadência acredita que pode sobreviver encarcerando os revolucionários e estes demonstram que as masmorras são sua verdadeira universidade. Lamento não alegrar ao Ministro de Governo voltando à Universidade de São Pedro (Prisão de S. Pedro N.T.) por estar ocupado com outras atividades.

Também a imprensa me informou que o Ministro de Governo está aficcionado pelos debates e me tomou a liberdade de chamá-lo para um onde lhe demonstrarei que o vigor da teoria marxista se põe em evidência quando a realidade confirma sua colocação de que o MNR, que em 1952 desfraudou a bandeira anti-norteamericana, estava condenado a concluir aos pés de Washington por sua natureza de classe. Patiño (grande empresário mineiro que o MNR combateu em 52 N.T.) resultou apoderando-se do MNR e de seu governo através de Goni. Bolívia se converteu em semi-colônia ianque por obra da burguesia intermediária.

La Paz 21 de abril de 1995

Guillermo Lora: "O Homem Bomba"

O líder do trotskista Partido Operário Revolucionário (POR), confessou hoje (ontem), que se converteu em uma virtual bomba móvel para frustrar uma provável intenção da polícia ou de organismos de segurança de prendê-lo ou agredí-lo.

Lora revelou que em seu corpo leva um moderno aparato explosivo num debate que se realizou esta manhã com o prefeito do departamento de La Paz (governador do estado), Julio Mantilla, no programa de rádio dominical "O Triangulo", sob a direção da jornalista Cristina Corrales.

O radical dirigente do POR partici-

pou do debate sob o compromisso por escrito do prefeito de La Paz de que não seria preso, pois o ministro de governo, Carlos Sánchez Berzaín, anunciou, há algumas semanas, que o líder trotskista era perseguido por ser um dos cabeças de um plano desestabilizador, aplicado pelos professores.

"Eu andava com minha bomba, claro porque se me prendem ou se fizerem alguma tramóia, eu lhes joga a bomba", afirmou o líder do POR.

O debate entre Mantilla e Lora esteve marcado principalmente pela análise da revolução de massas, a democracia e uma avaliação sobre a decretação do Estado de Sítio no país

(retirado do diário "Presencia", La Paz, 15/05/95)



Abaixo a repressão contra a T POR na UFRN (Natal)

O Diretório Acadêmico Amaro Cavalcanti (DAAC), do curso de Direito, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), decidiu abrir um inquérito administrativo contra a TPOR para apurar sua responsabilidade de ter pichado palavras de ordem nos muros do campus. O objetivo é o de aplicar o regulamento interno para reprimir os militantes do partido. Para esse fim, aventa-se inclusive a hipótese de se convocar a polícia federal. Logo vemos a mentalidade policial dos diretores do DAAC e sua conduta repressiva digna dos tempos da ditadura militar.

A campanha da TPOR

As bandeiras pichadas foram: Abaixo a reforma constitucional de FHC, Abaixo o estado de sítio na Bolívia e Fora os invasores do DCE.

I- Luta Contra o Governo Antinacional e Antipopular de FHC.

A TPOR tem se destacado por ter uma posição de luta intransigente contra a linha de privatizações, de abertura do país às multinacionais, de submissão ao capital financeiro mundial e de quebra de conquistas sociais, como aposentadoria por tempo de serviço, privatização da Previdência, fim da estabilidade do funcionalismo etc.

O Plano econômico que aplica tais medidas violentas não corresponde às necessidades nacionais do Brasil e sim aos interesses das potências imperialistas. Estas se utilizam de seu poder mundial para impor um maior saque dos países semicoloniais, como é o nosso caso, da Argentina, Bolívia, México etc, que são países capitalistas de economia atrasada.

O resultado tem sido penoso para as massas exploradas, que se aprofundam na miséria, provocada pelo crescente desemprego, baixos salários e expulsão dos camponeses pobres de suas terras. Para completar esse quadro escabroso do capitalismo decadente, o neoliberalismo pressupõe que os Estados se desencarreguem da Previdência, da saúde e da educação públicas.

Tal orientação tem sido imposta de fora para dentro das nações oprimidas, ou seja, do imperialismo sobre as semicolônias. O governo Fernando H. Cardoso é o continuísmo de Collor e exemplifica bem a atitude da burguesia de submissão às potências. O que quer dizer que os vendilhões limitam ainda mais a já raquítica soberania nacional, colocando sob o poder dos credores internacionais os ramos fundamentais da economia e sucateando o parque industrial.

Quem não vê que os resultados maléficos dessa política pró-imperialista recaem inteiramente sobre a classe operária, camponeses e classe média urbana empobrecida?

II- Um Parlamento Apodrecido

A maioria dos partidos burgueses que compõem o Congresso Nacional tem uma posição claramente pró-imperialista, como é o caso do PSDB, PFL, PMDB, PPR etc. Divergem neste ou naquele ponto conforme os interesses particulares e oligárquicos sejam atingidos pelas reformas neoliberais. Porém, no essencial têm se

colocado de acordo contra os interesses nacionais e contra a vida dos trabalhadores. Atentam abertamente contra a soberania nacional e atingem fisicamente os explorados, ampliando o quadro crônico de desemprego e miséria.

Esse bando de parasitas e corruptos caminha por alienar as estatais do petróleo, telecomunicações, energia e minérios. Colocar tais fontes de matérias-primas e telecomunicações a serviço da oligarquia financeira e de poderosos grupos privados monopolistas significa dar um duro golpe na soberania, que, voltamos a frisar, sempre foi limitada pela condição de capitalismo semicolonial.

Esses vassalões dos Estados Unidos, Japão, FMI e Banco Mundial não se perturbam em acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, condenando a grande maioria a trabalhar até a beira da morte.

Se a grande maioria dos partidos burgueses são entreguistas, a oposição minoritária composta pela frente PT, PDT e PCdoB são incapazes de travar a luta antiimperialista, por temerem que as massas radicalizadas se choquem diretamente com o governo FHC e revelem o fundamento explorador e opressor da democracia burguesa, assentada no parlamento pró-imperialista, oligárquico-corrupto.

III- O reacionarismo da oligarquia nordestina

Temos visto que os novos governadores do Nordeste se arrastam por detrás do Plano neoliberal. São sustentáculos da aliança pró-imperialista entre o PSDB, PFL e PMDB.

No Rio Grande do Norte, as primeiras medidas do governador Garibaldi foram a de aprovar um plano de privatização e de fechamento de empresas e instituições públicas.

Sem dúvida, a penetração imperialista provocará um violento retrocesso na economia nacional. Pelo lugar atrasado que ocupa todo o nordeste, tal retrocesso aprofundará os desequilíbrios regionais e afetará de maneira particular a região nordestina. A tendência é de ampliação do domínio latifundiário e maior expulsão dos agricultores minifundiários. A miséria das massas nordestinas sempre foi a mais aguda, a partir de agora se abre um período de barbárie sem limites.

IV- Ampliação da Miséria Perpétua

a) Superexploração do trabalho

O salário mínimo de 100 reais, decretado a partir de maio, e o confisco salarial provocado pelo Plano Real, quando o achatamento salarial já era grande, devido aos vários Planos anteriores, atingem a maioria trabalhadora. Não é por outra razão que as estatísticas oficiais indicam que cresce dia-a-dia o exército de 39 milhões de miseráveis brasileiros.

Ainda por cima, o Plano Real congelou os salários por um ano. E agora o governo já manobra para acabar inclusive com o repasse anual da inflação. Prepara-se para julho um novo confisco salarial. Isso ocorrerá numa situação em que cresce o custo de vida. Alimentação, tarifas públicas, transporte e moradia estão em vias de dar um salto nos valores.

b) Desemprego em massa

O capitalismo nunca pôde resolver o problema do desemprego. Pior ainda é que vem ampliando o exército de desempregado crônicos. A linha neoliberal de abertura ao imperialismo agravará essa chaga do sistema de exploração do trabalho.

As semicolônias estão sujeitas a uma quebra industrial, em função da proteção das multinacionais, sediadas nas metrópoles. Por outro lado, as adaptações tecnológicas vêm no sentido de aumentar a produtividade (a exploração) e reduzir a mão de obra. A implantação da terceirização é mais uma forma de proteção dos capitalistas e de aumento de exploração do trabalho.

Um outro fator é que as medidas governamentais, assentadas no artificioso Plano Real, estão na direção de quebra de forças produtivas, ou seja, da recessão.

c) Trabalho do menor e escravidão

Não bastando o sacrifício imposto aos adultos, o capitalismo apodrecido submete em tenra idade as crianças ao trabalho, inclusive a atividades penosas.

No Rio Grande do Norte centenas e centenas de crianças são exploradas nas salinas. Em Pernambuco, 70 mil crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 17 anos, trabalham nos canaviais, representando 30% da força de trabalho no setor. Em Minas Gerais e Mato Grosso, crianças de 7 a 12 anos trabalham na insalubre produção de carvão. Na Bahia, a partir dos 6 anos de idade as crianças começam a participar da produção do sisal e do processo de quebra de brita nas pedreiras. No Paraná, são milhares de crianças e adolescentes submetidos no mais rigoroso regime de exploração na agricultura.

Esses são apenas alguns exemplos. Acrescenta-se a isso a expansão do trabalho escravo em várias partes do país, amplamente denunciado e conhecido pelo governo.

d) Destruição da saúde e educação

O Fundo Social de Emergência, uma das peças do Plano Real, serviu para fazer o oposto do divulgado pelo governo. Cortou verbas da saúde e educação. Nesse momento, o Ministro da Saúde lança a idéia de aumentar impostos para pretensamente salvar o colapso da rede pública de saúde.

Em alguns estados, se procura municipalizar a saúde como uma porta para a exploração privada. Um exemplo disso é o PAS (Plano de Assistência à Saúde) do prefeito Maluf (SP), que cria as parcerias com os grupos capitalistas da saúde.

O mesmo destino está reservado à educação, como prevê o Plano Decenal, aplicado por Fernando Henrique Cardoso. Toda orientação educacional do governo FHC vem no sentido de aumentar a privatização do ensino, a começar pelas poucas universidades federais e estaduais.

O desmonte das federais está a olhos vistos. Também quem não vê que as federais de

todo o nordeste sobrevivem na penúria? No estado de São Paulo, o governo Covas já determinou o corte das escolas técnicas agrícolas, ou seja, das 35 escolas existentes pretende deixar apenas 14.

V- O Totalitarismo Burguês

O governo, para implementar seu Plano antinacional e antipopular e assegurar a superexploração, está obrigado a combater com rigor a luta dos trabalhadores, negando-se a acatar qualquer migalha. Está aí a intransigência e a repressão sobre a greve dos petroleiros.

Nem mesmo o acordo assinado por Itamar Franco foi cumprido por FHC. Todo empenho por esmagar os petroleiros está na razão direta do fato destes se chocarem abertamente com o Plano Real e com a Reforma Constitucional pró-imperialista. Este setor da vanguarda operária, com sua luta, apresentou um caminho de resistência e combate antiimperialista, que só não vai mais à frente e aglutina em torno de si a maioria explorada devido à política vacilante e inconsequente da direção.

O governo está empenhado em sua derrota, porque facilitará o avanço de seu Plano entreguista. Com o mesmo rigor e totalitarismo, as greves estão sendo combatidas em toda parte do país. A conduta repressiva da burguesia se torna mais feroz quanto mais necessita fazer progredir as medidas de fome e miséria.

VI- Sobre o Movimento Estudantil e a Universidade

a) Os estudantes constituem uma camada importante da sociedade. E sofrem todos os efeitos da desintegração do capitalismo e do atraso semicolonial do Brasil. Ao lado dos que estão nas universidades, existem milhões de jovens que não têm acesso ao curso superior. Apenas uma minoria é que chega a terminar o colegial.

Nas regiões mais atrasadas, como a do norte-nordeste, este problema é mais grave ainda. O sistema de exploração do trabalho exclui a maioria do ensino integral e conserva uma massa de analfabetos nos países semicoloniais.

b) O ensino está desvinculado da produção social. Não cumpre sua principal função, que é do conhecimento científico das leis da natureza e das leis sociais, voltado à transformação da realidade e ao progresso do conjunto da sociedade. Isto ocorre porque o capitalismo envelheceu como modo de produção, se esgotou como fator de desenvolvimento das forças produtivas e se desintegra.

A escola está edificada sobre esta base apodrecida. Reflete obrigatoriamente sua decadência, cuja expressão é quebra de forças produtivas, desemprego em massa, miserabilidade crescente, inaplicabilidade de parte significativa das conquistas técnico-científicas etc.

c) A política econômica e social do governo pró-imperialista resulta em maior desintegração do sistema de ensino. Ameaça diretamente o ensino público e gratuito, cobrando taxas e propondo as "parcerias" com o capital.

Os organismos internacionais, dirigidos pe-

las potências, promovem programas, como o Plano Decenal, teleensino etc, objetivando tornar a escola mais mecanicista, técnica e anti-científica, para que os estudantes sejam como robôs a serviço de um mísero salário. Ao mesmo tempo, alimenta o empresariado da educação, cuja única preocupação é obter lucro. Faz parte desse feudo a Igreja, tão mercantilista quanto os capitalistas da educação.

d) As direções estudantis, que controlam a UNE, DCEs, CAs, UMES etc, têm se mostrado incapazes de organizar o movimento de resistência contrário ao sucateamento do ensino. Isto porque estão vinculadas a correntes políticas que se submetem ao parlamento burguês e às manobras do governo, posando de oposição democrática.

Rejeitam a tarefa de organizar um movimento de massa independente do parlamento, dos partidos burgueses e do governo. A atitude de prostração e conivência com a reforma neoliberal, criticada apenas verbalmente, é a prova mais inequívoca de adaptação às pressões da democracia burguesa e do imperialismo.

Esta também é a razão que explica a total falta de empenho das direções em defender a unidade dos estudantes com a classe operária, ou seja, em desenvolver um movimento político nas escolas sob o programa e a direção do proletariado.

A burocratização da UNE, de seu Congresso e de toda instância estudantil é consequência da política pequeno-burguesa de esquerda, avessa ao programa da revolução proletária, ou seja, da luta por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

VII- O Totalitarismo nas Universidades

A ditadura militar dizia que nas fábricas, escolas, ruas etc não eram lugares para se fazer política. Na fábrica era para se trabalhar e na escola para se estudar. Esse totalitarismo é apenas disfarçado sob os regimes democráticos. É o que vemos na atualidade.

Não existe real liberdade de expressão nas universidades. Na maioria delas, os cartazes são arrancados e até mesmo proibidos em alguns casos. Isto inclusive nas universidades públicas.

Falamos de uma liberdade elementar de propaganda política. Em se tratando da luta revolucionária pela transformação do capitalismo em socialismo, o totalitarismo burguês se manifesta cruamente. A perseguição às lideranças começa assim que estas não se submetam à burocracia escolar e aos ditames do Estado burguês.

A boa relação entre a burocracia universitária e as entidades estudantis está crispada pela corrupção econômica e política e pela atitude servil das lideranças.

VIII- Defesa da Autonomia Universitária

As universidades estão submetidas ao Estado totalitário e à burocracia universitária repressiva. Não existe autonomia universitária, que é a expressão mais alta do controle democrático pela maioria estudantil, professores e

funcionários da universidade.

A autonomia universitária pressupõe a existência e soberania da Assembléia Universitária. O funcionamento da universidade deve ser ditado pela maioria mobilizada e comprometida com a luta transformadora da classe operária. Só assim poderá haver total direito de expressão e manifestação política, cultural e de ensino no campus.

As correntes corrompidas pela política burguesa e as mentalidades policiais não lutam pela autonomia universitária e se contrapõem a um programa de combate antiimperialista e anticapitalista. Só poderá haver autonomia universitária sob um amplo e politizado movimento revolucionário, que coloque o movimento estudantil sob a direção do proletariado.

Internacionalismo proletário

Na Bolívia, país semicolonial e integrante da América Latina, a decretação do Estado de Sítio, prisão em massa de lideranças e manifestantes e perseguição seletiva ao Partido Operário Revolucionário (POR) indicam a tendência geral dos governos pró-imperialistas. Por outro lado, a luta das massas contra o neoliberalismo também demonstra a necessidade geral dos explorados de radicalizarem a luta de classes. A defesa do processo revolucionário boliviano é parte do internacionalismo proletário. O seu conteúdo se expressa no combate antiimperialista e anticapitalista em qualquer latitude. Aqueles que não fizeram campanha contra o Estado de Sítio, pelo fim das prisões e fim das perseguições seletivas ao POR se colocam no campo do imperialismo e de seu programa neoliberal. As pichações da TPOR dos muros da universidade vem nesse sentido antiimperialista.

Conclusão: É preciso rebater a medida policial do DAAC

Expusemos aos trabalhadores e estudantes o conteúdo básico das três bandeiras pichadas na UFRN. Por si só, ele denuncia o argumento dos diretores do DAAC, que dizem estar de acordo com seu conteúdo, mas que estão contra pichar o patrimônio público.

Estes policiais não ousam dizer a verdade. Estão contra o conteúdo revolucionário da campanha da TPOR. A defesa real do patrimônio público está na luta contra o governo que destrói a escola pública, esmaga a vida dos trabalhadores e submete mais ainda o Brasil ao imperialismo. Esses mentecaptos direitistas não levantam um só dedo contra os cartazes arrancados. Razão que nos obrigou a pichar para assegurar a campanha e a liberdade de expressão.

Convocamos todas as posições classistas e revolucionárias a rechaçar a repressão do DAAC, que está a mando da burocracia repressiva da universidade. Pelo total direito de expressão! Pela autonomia universitária! Em defesa das bandeiras pichadas!

22/05/95

Tendência pelo Partido Operário
Revolucionário